

Área de exploração do níquel em Ourilândia do Norte (PA)

Mineração de níquel afeta condições de vida de trabalhadores rurais no Sudeste do Pará

DATA DE EDIÇÃO
09/04/2013

MUNICÍPIOS
PA - Ourilândia do Norte
PA - Parauapebas
PA - São Félix do Xingu
PA - Tucumã

LATITUDE
-6,5605

LONGITUDE
-51,1644

SÍNTESE

O município de Ourilândia do Norte, no sudeste do Pará, sofreu transformações nas relações sociais e impactos ambientais com o projeto de extração do níquel realizado pela Mineração Onça Puma Ltda., subsidiária da Vale, o projeto desalojou várias famílias de assentamentos do Incra na região e atingiu a população indígena de Xikrin do Cateté, e seu entorno.

APRESENTAÇÃO DE CASO

O município de Ourilândia do Norte, no sudeste do Pará, já passou por vários ciclos econômicos, a começar pela exploração de garimpos de ouro e da exploração madeireira. Com o fracasso das duas atividades, sua população passou a desenvolver a agropecuária baseada no gado leiteiro e o cultivo de culturas alimentares, além de cacau (CRUZ, 2008).



Amostra de níquel

Em 2002, a empresa Mineração Onça Puma Ltda., pertencente ao grupo canadense Canico Resource Corp., começou a desenvolver pesquisas minerárias nas serras Onça e Puma, localizadas nos municípios de São Félix do Xingu, Parauapebas e Ourilândia, e a região passou a sofrer vários impactos sociais e ambientais (CRUZ, 2008). Em 2005, a Vale adquiriu da Canico o direito da exploração de níquel no município (ALMEIDA, 2010). Seu objetivo era aproveitar os depósitos de níquel laterítico, um tipo de minério encontrado mais próximo à superfície em regiões quentes e úmidas (FATOR BRASIL, 2011).

Ourilândia do Norte é um município atípico: com 27.359 habitantes e 14.339 km² (IBGE, 2010), seu território está totalmente inserido na Reserva Indígena Kaiapó, da qual ocupa no máximo 15% (Braz, 2007 apud FELIX, 2008). Na década de 1990, o município contava com uma taxa negativa de crescimento de 4%. Em 2000, sua população era de 19.763 habitantes, sendo que, de 2003 a 2008, o número de habitantes quase dobrou chegando a 35 mil habitantes (CRUZ, 2008). A maioria vinda em busca de oportunidades no projeto de extração de níquel da Vale, nas reservas chamadas Onça Puma (Braz, 2007 apud FELIX, 2008).

A entrada dos investimentos mineradores de porte e de tecnologias com padrão internacional na região, que vivia em uma economia local tradicional, impôs à população “velocidades temporais” (TRINDADE, 2001 apud OLIVEIRA, 2008), que provocaram transformações nas relações sociais, na mobilidade espacial, e geraram impactos ambientais (OLIVEIRA, 2008).

Em 2003, a Mineradora Onça Puma Ltda. começou obras de infraestrutura para a lavra de minério de níquel na região. O Projeto Onça Puma atingiu diretamente três mil famílias de dois assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra): o Campos Altos e o Tucumã (SUZUKI, 2009). Os assentamentos haviam sido criados, na década de 1980, para atender à reivindicação de posseiros

(CRUZ, 2008).

Também em 2003, a Canico do Brasil Mineração Ltda. requisitou à superintendência do Incra em Marabá (PA) que desafetasse [tornasse apropriável] uma área de 7.405 hectares pertencentes aos Projetos de Assentamento Tucumã e Campos Altos (CRUZ, 2008).

Para realizar a desafetação, o Incra teria de considerar a área dos projetos de assentamentos imprópria para agricultura, retirar os assentados do local e repassar a área para a empresa de mineração. No entanto, mesmo sem que o Incra concluísse o processo e tomasse a decisão de desafetação da área, a Canico do Brasil Mineração Ltda. passou a comprar lotes de assentados no local; prática seguida pela Vale depois de assumir o projeto de mineração, em 2007 (CRUZ, 2008).

Cerca de 70 lotes foram comprados, na grande maioria, através de contratos de compra e venda registrados em cartório. Com isso, muitas famílias deixaram a área e se deslocaram para as cidades do entorno. As casas, os plantios e outras benfeitorias construídas pelo Incra e pelos próprios assentados foram destruídas, inclusive cerca de 20 mil pés de cacau, financiados pelo Banco da Amazônia (Basa), com fins de reflorestamento (CRUZ, 2008).

Só no Projeto de Assentamento Campos Altos, o Incra havia investido mais de R$ 4 milhões em estrada, rede para fornecimento de energia elétrica, construção de escolas e postos de saúde. Além disso, a partir de um convênio entre o instituto e o Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), também havia sido criado o Programa de Apoio Científico e Tecnológico aos Projetos de Assentamento, possibilitando às famílias dos trabalhadores rurais implantarem uma bacia leiteira, cultivarem grãos, hortaliças, banana e cacau. Apenas no Projeto de Assentamento Campos Altos havia cerca de 140 mil pés de cacau plantados, sendo 90% produtivos (CRUZ, 2008).

A compra irregular dos lotes dos assentados gerou a desestabilização da organização social e do sistema produtivo dos assentamentos. Os trabalhadores rurais que continuaram no local passaram a ser afetados pela poluição sonora – barulho de máquinas, de escavações e explosões decorrentes das atividades de mineração – e ambiental (SUZUKI, 2009).

Com a compra de lotes e a realocação das famílias da área dos assentamentos, também foi desarticulada a cadeia produtiva leiteira, com uma queda de 10 mil litros de leite comercializados diariamente. Escolas foram fechadas por falta de alunos, e outras passaram a funcionar com número reduzido de estudantes. Muitos destes começaram a enfrentar dificuldades para se deslocar devido à falta de transporte e à distância das escolas que ainda funcionavam (CRUZ, 2008).

As populações indígenas Xikrin do Cateté e Kaiapó também foram atingidas, pois o rio que banhava o território indígena tinha como afluentes alguns cursos d´água que desciam da serra onde o empreendimento foi instalado (CRUZ, 2008).

Quanto às cidades do entorno do empreendimento, em especial Ourilândia do Norte, não tiveram como absorver as pessoas que chegavam em busca de emprego, pois a oferta era menor do que a procura (CRUZ, 2008). O inchaço populacional aumentou a violência urbana, o consumo de álcool e drogas e a prostituição no município de Ourilândia (SUZUKI, 2009; LIMA, 2011). Foram registrados também poluição do solo e da água, assoreamento de nascentes, focos de incêndios, desmatamento para construção de arrastões, barragens de contenção de água e aterros sanitários (LIMA, 2011).



Eletrólise do níquel

Para enfrentar a situação, em 2008, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), juntamente com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Tucumã e Ourilândia do Norte e as Associações dos Projetos de Assentamento Campos Altos e Tucumã, ingressou com uma representação no Ministério Público Federal de Marabá e com uma queixa contra a Vale na Secretaria de Meio Ambiente do estado. Alegavam, para tanto, que a empresa vinha praticando ilegalidades contra as famílias dos assentamentos no processo de instalação do projeto de mineração Onça Puma (CPT, 2008).

De acordo com a CPT, a Mineração Onça Puma havia se instalado em áreas de assentamento, tendo adquirido posses destinadas à reforma agrária sem devida autorização. Afirmava também que as atividades da mineradora estavam causando outros danos à população e ao meio ambiente locais, como a poluição de grotas e de igarapés, o desvio de cursos d'água, a demolição de benfeitorias construídas com recursos públicos federais e a construção irregular de barragens de contenção de rejeitos (AMIGOS DA TERRA AMAZÔNIA BRASILEIRA, 2008).

Após os primeiros pedidos feitos pela Comissão Pastoral da Terra ao Ministério Público Federal para que apurasse todas as irregularidades, a Vale emitiu nota oficial, divulgada pela imprensa, negando todas as acusações (AMIGOS DA TERRA AMAZÔNIA BRASILEIRA, 2008).

Em abril de 2009, a Vale resolveu desacelerar o Projeto Onça Puma, previamente programado para iniciar operações em janeiro de 2010. A empresa alegou que a decisão foi tomada devido ao cenário recessivo global, com queda na demanda e no valor do metal, e ao fato de a licença ambiental se encontrar pendente (O GLOBO, 2009).

Porém, em março de 2011, a Vale deu início à operação da planta de níquel de Onça Puma (O GLOBO, 2011), utilizando minério oriundo de duas áreas nas Serras do Onça, perto da planta industrial, e do Puma, a cerca de 16 km (FATOR BRASIL, 2011). O empreendimento abrange as cidades de Ourilândia do Norte, Tucumã e Parauapebas e tem capacidade de produção anual de 220 mil toneladas de ferro-níquel, que contêm 53 mil toneladas de níquel. O empreendimento contou com investimento total de cerca de US$ 2,84 bilhões e consolidou a posição da empresa como segunda maior produtora mundial de níquel (VALE, 2011).

Onça Puma é um dos maiores complexos de mina e usina de ferro-níquel do mundo e tem demandado investimentos em infraestrutura e logística. A planta conta com uma subestação de energia, cujo excedente de produção será cedido à concessionária de energia paraense para ampliar a oferta a municípios vizinhos ao projeto (FATOR BRASIL, 2011).

O empreendimento também fez com que o Porto do Itaqui, no Maranhão, voltasse a ser um dos grandes movimentadores de contêineres do país, uma vez que recebe o níquel embarcado em Parauapebas (PA) (VALE, 2011). Cerca de 95% da produção de Onça Puma serão destinados ao mercado externo, visando atender a países como China, Japão, Alemanha, Finlândia, Itália e Estados Unidos, entre outros. A empresa também está adaptando parte de seus vagões na Estrada de Ferro Carajás (EFC) para atender à produção de Onça Puma (FATOR BRASIL, 2011).

No entanto, a mineração corre risco de ser paralisada, pois, em maio de 2012, o Ministério Público Federal (MPF) ajuizou ação civil pública contra a Vale, a Secretaria de Meio Ambiente do Pará (Sema) e a Fundação Nacional do Índio (Funai), pedindo suspensão liminar das atividades, alegando que a empresa não mitigara o impacto das atividades minerárias sobre povos indígenas na região (MPF, 2012).

Além de interrupção das atividades, a ação judicial pede que a mineradora pague "todos os danos materiais e morais causados aos índios" nos últimos dois anos em que o empreendimento estaria em operação sem cumprir as medidas compensatórias. O MPF entende que os valores devem ser calculados de acordo com o tempo em que as atividades econômicas estão funcionando, causando impactos e gerando lucros sem compensação. Desde agosto de 2008, a empresa promove decapeamento do minério, lavra e formação de pilhas de estéril e minério no projeto (MPF, 2012).

De acordo com o MPF, estudos feitos pela própria Vale, e aprovados pela Funai, enumeram impactos severos sobre a Terra Indígena Xikrin do Cateté, entre os quais: pressão de invasões sobre o território indígena, risco de contaminação no rio Cateté, de onde os Xikrin tiram o sustento, poluição sonora e do ar pela proximidade da usina metalúrgica do empreendimento. A Terra Indígena Kayapó também é afetada pela atividade de mineração de níquel, especialmente pelo fluxo migracional, que gera pressão de invasores e madeireiros sobre a terra (MPF, 2012).



Ourilândia do Norte (PA)

Na ocasião, a Vale afirmou que não foi citada na ação civil pública e que aguarda para conhecer os argumentos da ação e preparar sua defesa judicial. A assessoria de imprensa da empresa também divulgou nota afirmando que “o empreendimento Onça Puma está regularmente licenciado e vem cumprindo com as condicionantes estabelecidas pelos órgãos competentes, não havendo qualquer comunicação oficial de descumprimento ou suspensão da Licença de Operação” (MPF, 2012).

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

Ourilândia do Norte possui uma concessão de lavra de extração de minério de níquel na mina Onça Puma, que está localizada entre as latitudes 6°33’38”S – 6°36”12”S e longitudes 51°9’52”W – 51°4’13”W, na sub-bacia do rio Catete, pertencente à bacia do rio Itacaíunas que deságua no mar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Rogério. Carajás - Interesses da Vale pressionam territórios de camponeses e indígenas. Fórum Carajás, 20 jul. 2010. Disponível em: http://forumcarajas.org.br/?noticia&mostra&4222. Acesso em: 06 ago. 2012.

AMIGOS DA TERRA AMAZÔNIA BRASILEIRA. Entidades requerem o cancelamento do projeto de Mineração da Vale, 29 abr. 2008. Disponível em: http://www.amazonia.org.br/noticias/noticia.cfm?id=268461. Acesso em: 24 mar. 2010.

CPT, Comissão Pastoral da Terra das dioceses de Conceição do Araguaia, Marabá e Prelazia do Xingú. Caso da mineração Onça Puma e as mentiras da Vale. Correio da Cidadania, São Paulo 23 abr. 2008. Disponível em: http://www.correiocidadania.com.br/content/view/1713/9/. Acesso em: 24 mar. 2010.

CRUZ, Raimundo Gomes Neto da. Aspectos da mineração da Vale em Ourilândia, Pará. Portal Ecodebate, 20 de jun. 2008. Disponível em:

http://www.ecodebate.com.br/2008/06/20/aspectos-da-mineracao-da-vale-em-ourilandia-para-artigo-de-raimundo-gomes-da-cruz-neto. Acesso em: 24 mar. 2010.

FATOR BRASIL. Vale inaugura no Pará primeira planta de ferro-níquel do Brasil – Empreendimento é um dos maiores do mundo. 17 maio 2011. Disponível em: http://www.revistafator.com.br/ver_noticia.php?not=158250.
Acesso em: 06 ago. 2012.

FELIX, Gil Almeida. Desenraizamento social, superexploração do trabalho e mobilidade espacial no sudeste do Pará. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, 03 out. 2008. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1296.pdf . Acesso em: 24 mar. 2010.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ourilândia do Norte, 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=150543. Acesso em: 06 ago. 2012.

LIMA, Hélio. Mineração em Ourilândia do Norte. Impactos da Mineração no Sul e Sudeste do Pará. Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Centro de Educação, Pesquisa, Assessoria Sindical e Popular (CEPASP), 14 fev. 2011. Disponível em: http://mineracaosudesteparaense.wordpress.com/2011/02/page/2. Acesso em: 06 ago. 2012.

O GLOBO. Vale adia Onça Puma e suspende atividades em Sudbury. Rio de Janeiro, 16 abr. 2009. Disponível em: http://oglobo.globo.com/economia/mat/2009/04/16/vale-adia-onca-puma-suspende-atividades-em-sudbury-755307110.asp. Acesso em: 24 mar. 2010.

_____. MP do Pará pede suspensão das atividades de Onça Puma, da Vale. Rio de Janeiro, 30 maio 2012. Disponível em: http://oglobo.globo.com/economia/mp-do-para-pede-suspensao-das-atividades-de-onca-puma-da-vale-5069376. Acesso em: 24 mar. 2010.

MPF, Ministério Público Federal. MPF pede a suspensão das atividades da Mineração Onça-Puma, subsidiária da Vale, no Pará. Brasília (DF), 28 maio 2012. Disponível em: http://noticias.pgr.mpf.gov.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_indios-e-minorias/mpf-pede-a-suspensao-das-atividades-da-mineracao-onca-puma-subsidiaria-da-vale-no-para/?searchterm=Onça-puma. Acesso em: 06 ago. 2012.

OLIVEIRA, Clariana Pinto. Políticas de Estado e o grande capital na Amazônia: o caso da mineração no Pará. Monografia, Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008, 65 f. Disponível em: http://www.cse.ufsc.br/~gecon/coord_mono/2008.1/Clariana.prn.pdf. Acesso em: 24 mar. 2010.

SUZUKI, Natália. CPT-PA denuncia impactos negativos de mineradora no sul do Pará. Fundo Brasil de Direitos Humanos, 13 fev. 2009. Disponível em: http://www.fundodireitoshumanos.org.br/viewConteudoOut.no-filter?pager.offset=20&catTipo=NOT&conID=74. Acesso em: 24 mar. 2010.

VALE. Recrutamento Onça Puma/Pará. Oportunidades na Vale. 2010. Disponível em: http://www.vale.com/pt-br/carreiras/oportunidades-na-vale/recrutamento-onca-puma/paginas/default.aspx. Acesso em: 8 mar. 2011.

_____. Produção e sustentabilidade. Disponível em: http://valeqvale.wordpress.com/2012/06/26/mina-grande-conflitos-gerais/. Acesso em: 06 ago. 2012.